ACORDO SOBRE TRANSPORTES AÉREOS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO SURINAME

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, de agora em diante denominados Partes Contratantes,

TENDO DECIDIDO concluir um Acordo sobre transportes aéreos regulares entre os dois países,

DESIGNARAM para esse fim representantes devidamente autorizados, os quais convieram nas disposições seguintes:

ARTIGO I

Reciprocidade

As Partes Contratantes concedem-se reciprocamente os direitos especificados no presente Acordo e seu respectivo Anexo, a fim de que se estabeleçam os serviços aéreos internacionais nos mesmos previstos, doravante referidos como "serviços convencionados".

ARTIGO II

Designação de empresas aéreas

1. Qualquer dos serviços convencionados poderá ter início imediatamente ou em data posterior, a critério da Parte Contra

Contratante à qual os direitos foram concedidos, mas não antes que:

a) a Parte Contratante à qual os direitos tenham sido concedidos haja designado uma empresa aérea de sua nacionalidade para a rota ou as rotas especificadas;

b) a Parte Contratante que concede os direitos tenha expedido a necessária licença de funcionamento à empresa designada, obedecidas as disposições do parágrafo 2 deste Artigo e as do Artigo VI.

2. A empresa aérea designada por uma Parte Contratante poderá ser chamada a provar, perante a autoridade aeronáutica da outra Parte Contratante, que se encontra em condições de satisfazer os requisitos prescritos pelas leis e regulamentos, normalmente aplicados por essas autoridades ao funcionamento de empresas de transportes áereos internacionais.

3. As Partes Contratantes reservam-se o direito de substituir, por outra empresa aérea nacional, a empresa aérea originariamente designada, dando prévio aviso da substituição à outra Parte Contratante. À nova empresa designada aplicar-se-ão todas as disposições do presente Acordo e seu Anexo.

ARTIGO III

Facilidades aos serviços aéreos

1. Com o fim de evitar práticas discriminatórias e assegurar igualdade de tratamento, fica estabelecido que:

a) As taxas e outros gravames que uma das Partes Contratantes imponha ou permita sejam impostos à empresa designada pela outra Parte Contratante para

para o uso de aeroportos e outras facilidades, não serão superiores às taxas e aos gravames cobrados das aeronaves de sua bandeira empregadas em serviços internacionais semelhantes, pelo uso de tais aeroportos e facilidades.

b) Os combustíveis, óleos lubrificantes, equipamento normal, provisões de bordo e peças sobressalentes introduzidos no território de uma Parte Contratante, ou postos a bordo de aeronaves da outra Parte Contratante nesse território,quer diretamente por uma empresa por esta designada, quer por conta de tal empresa, e destinados unicamente ao uso de suas aeronaves nos serviços convencionados, gozarão do tratamento dado às empresas nacionais que realizam transporte aéreo internacional, no que diz respeito a direitos aduaneiros, taxas de inspeção e/ou outros direitos e gravames nacionais.

c) As aeronaves de uma das Partes Contratantes, utilizadas na exploração dos serviços convencionados, e os combustíveis, óleos lubrificantes, equipamento normal e peças sobressalentes para a manutenção e reparação das aeronaves utilizadas, bem como as provisões de bordo, compreendendo alimentos, bebidas e tabaco, enquanto em tais aeronaves, gozarão de isenção de direitos aduaneiros, taxa de inspeção e direitos ou taxas semelhantes no território da outra Parte Contratante, mesmo quando utilizados ou consumidos em vôo sobre o referido território.

2. Os bens enumerados no parágrafo precedente e objeto de isenção pelo mesmo estabelecida, não poderão ser desembarcados da aeronave no território da outra Parte Contratante sem o consentimento de suas autoridades aduaneiras e ficarão sujeitos ao controle dessas autoridades, enquanto não utilizados pela empresa.

3. Os passageiros, bagagens e mercadorias em trânsito pelo território de uma Parte Contratante e que permanecerem na área do aeródromo que lhes é reservada, serão submetidos apenas ao controle estabelecido para essa área, exceto no que diz respeito a medidas de segurança para salvaguarda da Aviação Civil Internacional. As bagagens e mercadorias em trânsito direto serão isentas de direitos, taxas ou gravames aduaneiros.

ARTIGO IV

Licenciamento

Os certificados de navegabilidade, certificados de habilitação e licenças expedidas ou revalidadas pela autoridade aeronáutica de qualquer das Partes Contratantes e ainda em vigor serão reconhecidos como válidos pela outra Parte Contratante para o fim de exploração dos serviços convencionados. As Partes Contratantes se reservam, entretanto, o direito de não reconhecerem, relativamente ao pouso ou sobrevôo de seu território, certificado de habilitação e licenças concedidos aos seus próprios nacionais pelas autoridades da outra Parte Contratante ou por um terceiro Estado.

ARTIGO V

Aplicação da legislação nacional

1. As leis e regulamentos de uma Parte Contratante relativos à entrada, permanência no seu território ou saída do mesmo de aeronaves empregadas em navegação aérea internacional, ou relativos à exploração e à navegação de tais aeronaves dentro do seu território, serão aplicados às aeronaves da empresa designada pela outra Parte Contratante.

2. As leis e regulamentos de uma Parte Contratante

Contratante relativos à entrada, permanência no seu território ou saída do mesmo de passageiros,tripulações ou carga de aeronaves, como sejam os concernentes à entrada, despacho, imigração, passaportes, alfândega e quarentena, aplicar-se-ão aos passageiros, tripulações e carga de aeronaves de empresa aérea designada pela outra Parte Contratante quando no território da primeira Parte Contratante.

ARTIGO VI

Penalidades

1. Cada Parte Contratante reserva-se o direito de negar ou revogar licença de funcionamento a uma empresa aérea designada pela outra Parte Contratante quando não julgar suficientemente comprovado que parte preponderante da propriedade e o controle efetivo da referida empresa estão em mãos de nacionais da outra Parte Contratante.

2. A empresa designada poderá ser multada pelas autoridades da outra Parte Contratante, na forma do ato de autorização de seu funcionamento jurídico, ou a licença de funcionamento ser suspensa, no todo ou em parte, pelo período de um (1) mês a três (3) meses:

a) nos casos de inobservância das leis e regulamentos referidos no artigo V deste Acordo, e de outras normas governamentais estabelecidas para o funcionamento de empresas aéreas designadas;

b) quando as aeronaves utilizadas nos serviços convencionados não sejam tripuladas por pessoas que possuam respectivamente a nacionalidade de uma ou outra Parte Contratante, excetuados os casos de adestramento do pessoal navegante, por instrutores devidamente autorizados pelos órgãos competentes da Parte Contratante que designou a empre-

empresa e durante o período de adestramento, ou se for concedida licença especial.

3. Nos casos de reincidência das infrações constantes do parágrafo 2 acima, a licença de funcionamento poderá ser revogada.

4. A revogação da licença de funcionamento constante dos parágrafos 1 e 3 deste Artigo só poderá ser aplicada após consulta com a outra Parte Contratante. A consulta terá início num prazo de sessenta (60) dias a partir da respectiva notificação.

ARTIGO VII

Contato entre as Partes Contratantes

As autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes deverão manter contato permanente para garantir uma estreita colaboração em todas as questões tratadas no presente Acordo, visando à sua execução satisfatória.

ARTIGO VIII

Reunião de Consulta

1. Se qualquer das Partes Contratantes desejar modificar qualquer cláusula do Anexo ao presente Acordo poderá solicitar uma consulta entre as autoridades aeronáuticas de ambas as Partes, a qual terá início num prazo de sessenta (60) dias, a partir da respectiva notificação.

2. Os resultados da consulta passarão a vigorar após confirmação por troca de notas por via diplomática.

ARTIGO IX

Arbitramento

1. As divergências entre as Partes Contratantes sobre a interpretação ou aplicação do presente Acordo e do seu Anexo, que não puderem ser resolvidas por meio de negociações ou de consultas diretas, serão submetidas a arbitramento, seguindo-se o procedimento previsto no artigo 85 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago em 1944, quanto a composição e funcionamento do respectivo tribunal. As custas do arbitramento serão pagas em partes iguais pelas Partes Contratantes.

2. As Partes Contratantes farão o possível para dar cumprimento à decisão arbitral.

ARTIGO X

Emendas

Ao entrar em vigor uma convenção aérea multilateral aceita por ambas as Partes Contratantes, o presente Acordo deverá ser modificado de modo que as suas disposições se conciliem com as da nova convenção.

ARTIGO XI

Registro

O presente Acordo e seu Anexo e assim os demais atos relativos aos mesmos que os complementem ou modifiquem, serão comunicados à Organização da Aviação Civil Internacional para fins de registro.

ARTIGO XII

Denúncia

Cada uma das Partes Contratantes poderá, em qualquer tempo, notificar à outra Parte Contratante o seu propósito de denunciar o presente Acordo, fazendo simultaneamente uma comunicação do mesmo sentido à Organização da Aviação Civil Internacional. O presente Acordo deixará de vigorar doze (12) meses depois da data do recebimento da notificação pela outra Parte Contratante, salvo se for retirada por consenso de ambas as Partes antes de expirar aquele prazo. Se não for acusado o recebimento da notificação pela Parte Contratante à qual for dirigida, entender-se-á recebida quatorze (14) dias depois de o ter sido pela Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO XIII

Cláusula revogatória

O presente Acordo substitui as licenças, privilégios e concessões existentes à data de sua entrada em vigor, relativos às matérias tratadas no mesmo, e outorgados a qualquer título por uma das Partes Contratantes em favor da empresa aérea da outra Parte Contratante.

ARTIGO XIV

Definições

Para os fins de aplicação do presente Acordo e do seu Anexo, as expressões:

a) "autoridade aeronáutica" significa, no caso da República Federativa do Brasil, o Ministro da Aero-

Aeronáutica, e, no caso da República do Suriname,o Ministro para Assuntos Econômicos, ou, em ambos os casos, qualquer pessoa ou órgão que esteja legalmente autorizado a exercer as funções atualmente pelos mesmos exercidas;

b) "serviços convencionados" significa serviços aéreos regulares para o transporte de passageiros,carga e mala postal ou somente carga nas rotas aqui especificadas;

c) "empresa aérea designada" significa qualquer empresa que uma das Partes Contratantes tiver escolhido para explorar os serviços convencionados e a cujo respeito tiver sido feita comunicação por escrito às autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante, segundo o disposto no artigo II, parágrafo 1, alínea b, do presente Acordo;

d) "tarifa" significa o preço a ser pago pelo transporte de passageiros e carga e as condições sob as quais este preço se aplica, incluindo preços e condições de agenciamento e outros serviços correlatos, mas excluindo remunerações e condições de transporte de mala postal;

e) "território" terá o mesmo sentido que lhe dá o artigo 2 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago em 1944;

f) "empresa aérea", "serviço aéreo", "serviço aéreo internacional" e "escalas sem fins comerciais", terão respectivamente, as definições constantes do artigo 96 da mesma Convenção sobre Aviação Civil Internacional.

ARTIGO XV

Vigência

Este Acordo será aplicado provisoriamente a partir da data de sua assinatura no limite dos poderes administrativos das autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante; e entrará em vigor através de notificação por via diplomática depois de cumpridos os procedimentos constitucionais de cada uma das Partes Contratantes, a partir da data da última dessas notificações.

Feito em Brasília, aos dias de de , em dois exemplares,nas línguas portuguesa, holandesa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:

(Ramiro Saraiva Guerreiro)

PELA REPÚBLICA DO SURINAME:

(Inderdew Sewrajsing)

ANEXO AO ACORDO SOBRE TRANSPORTES AÉREOS

SEÇÃO I

Concessão mútua

As Partes Contratantes concedem-se o direito de explorar por intermédio da respectiva empresa aérea designada e segundo as condições deste Anexo, os serviços convencionados, nas rotas e escalas estabelecidas nos Quadros de Rotas que o integram.

SEÇÃO II

Concessão de direitos

1. Nos termos do presente Acordo e deste Anexo, cada Parte Contratante concede à empresa aérea designada pela outra Parte Contratante e para o fim de explorar os serviços convencionados nas rotas especificadas:

a) o direito de desembarcar e embarcar passageiros, carga e mala postal originados no território da outra Parte Contratante ou a ele destinado;

b) o direito de desembarcar e embarcar passageiros, carga e mala postal, originados em escalas em terceiros países incluídos no Quadro de Rotas, ou a eles destinados.

2. Cada Parte Contratante autoriza o sobrevôo de seu

seu território pela empresa designada pela outra Parte Contratante, com ou sem pouso técnico, nas escalas constantes do Quadro de Rotas.

3. O exercício dos direitos acima mencionados está sujeito às condições estabelecidas na Seção IV abaixo.

SEÇÃO III

Consulta

As autoridsdes aeronáuticas das Partes Contratantes consultar-se-ão a pedido de uma delas a fim de determinar se os princípios enunciados na Seção IV, abaixo, estão sendo observados ou não pelas empresas aéreas designadas pelas Partes Contratantes e, em particular, para evitar que uma porção do tráfico seja injustamente desviada de qualquer das empresas designadas.

SEÇÃO IV

Capacidade

1. Os serviços convencionados terão por objetivo fundamental oferecer uma capacidade adequada à procura do tráfico.

2. Na exploração desses serviços se levará em conta, principalmente quanto à exploração de rotas ou trechos comuns de rota, os interesses das empresas aéreas designadas, a fim de que os serviços prestados por qualquer delas não sejam indevidamente afetados. Assegurados os princípios de reciprocidade, um tratamento justo e equitativo deverá ser concedido às empresas aéreas designadas das duas Partes Contratantes, para que possam explorar, em igualdade de condições, os serviços aéreos nas rotas especificadas nos Quadros de Rotas anexos.

3. O direito de uma empresa aérea designada de uma

uma Parte Contratante embarcar e desembarcar, nos pontos das rotas especificados, tráfico internacional com destino a ou proveniente de terceiros países, será exercido de modo que a capacidade corresponda:

a) à necessidade do tráfico entre o país de origem e os países de destino;

b) às necessidades de uma exploração econômica dos serviços convencionados;

c) à procura do tráfico existente nas regiões atravessadas, respeitados os interesses locais e regionais.

SEÇÃO V

Estatística

A autoridade aeronáutica de qualquer das Partes Contratantes fornecerá à autoridade aeronáutica da outra Parte, a pedido desta, periodicamente ou a qualquer tempo, os dados estatísticos que sejam razoavelmente solicitados, para a verificação de como está sendo utilizada, pela empresa aérea designada da outra Parte Contratante, a capacidade oferecida nos serviços convencionados. Esses dados deverão conter todos os elementos necessários para fixar o volume de tráfico, bem como sua origem e destino na linha.

SEÇÃO VI

Tarifas

1. As tarifas a serem aplicadas pela empresa aérea designada de uma Parte Contratante em pagamento do transporte de passa-

passageiros e carga originados no território da outra Parte Contratante ou a ele destinados deverão ser estabelecidas em níveis razoáveis, dando-se a devida consideração a todos os fatores relevantes, inclusive custo de operação, características de serviço, lucro razoável e tarifas de outras empresas aéreas aplicadas na mesma ou em rotas semelhantes devendo ser observado, quanto possível, o mecanismo da Associação Internacional dos Transportadores Aéreos (IATA).

2. As tarifas assim elaboradas serão submetidas à aprovação da autoridade aeronáutica da outra Parte Contratante quarenta e cinco (45) dias pelo menos, antes da data prevista para a sua aplicação; em casos especiais, esse prazo poderá ser reduzido, se assim concordarem as ditas autoridades.

3. Se, por qualquer razão, uma determinada tarifa não puder ser fixada na forma das disposições anteriores, ou se, durante os primeiros quinze (15) dias do prazo, qualquer das autoridades aeronáuticas notificar à outra a desaprovação de qualquer tarifa que lhe foi submetida, as autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes tratarão de determinar tal tarifa em reunião de consulta.

4. As tarifas estabelecidas na forma das disposições desta Seção permanecerão em vigor até que novas tarifas sejam estabelecidas segundo essas mesmas disposições.

5. As tarifas aplicadas pela empresa aérea designada por uma das Partes Contratantes, quando servir pontos comuns entre as duas Partes ou pontos compreendidos em rotas comuns entre o território de uma Parte Contratante e terceiros países, não serão inferiores às aplicadas pela empresa da outra Parte Contratante na execução de serviços idênticos.

6. A empresa aérea designada por uma Parte Contratante não poderá conceder, direta ou indiretamente, por si ou através de qualquer intermediário, descontos, abatimento ou quaisquer reduções sobre tarifas em vigor, salvo os previstos pelas resoluções aprovadas pelas Partes Contratantes.

SEÇÃO VII

Horários e frequências

Os horários deverão indicar o tipo, modelo e configuração das aeronaves utilizadas, bem como a frequência dos serviços e escalas e serão submetidos pela empresa aérea designada de cada Parte Contratante à autoridade aeronáutica da outra Parte Contratante pelo menos quarenta e cinco (45) dias antes da data prevista para sua vigência. Tais horários deverão ser aprovados dentro do prazo acima indicado, a menos que envolvam alteração de escalas ou de capacidade em desacordo com o que está especificado neste Anexo.

SEÇÃO VIII

Alterações no Quadro de Rotas

1. As seguintes alterações nas rotas não dependerão de prévio aviso entre as Partes Contratantes, bastando a respectiva notificação de uma a outra autoridade aeronáutica:

a) inclusão ou supressão de pontos de escalas no território da Parte Contratante que designa a empresa aérea;

b) omissão de escalas no território da outra Parte Contratante e no território de terceiros países.

2. A alteração das rotas convencionadas pela inclusão de ponto de escala não previsto no Quadro de Rotas fora de território da Parte Contratante que designa a empresa aérea, fica sujeita a acordo prévio entre as autoridades aeronáuticas de ambas as Partes.

QUADRO DE ROTAS DO BRASIL

PONTOS INICIAIS	PONTOS INTERMÉDIÁRIOS (1)	PONTOS NO SURINAME	PONTOS ALÉM DO SURINAME (1)
Pontos no Brasil	Caiena	Paramaribo	Georgetown Port of Spain Bridgetown Curaçau

NOTAS: (1) - A supressão de escalas se regula pela Seção VIII do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos.

QUADRO DE ROTAS DO SURINAME

PONTOS INICIAIS	PONTOS INTERMEDIÁRIOS (1)	PONTOS DO BRASIL (1)	PONTOS ALÉM DO BRASIL (1)
Pontos no Suriname	Caiena	Belém e/ou Manaus	Lima e/ou um ponto na Colômbia que não seja Bogotá (2)

NOTAS:

(1) a supressão de escalas se regula pela Seção VIII do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos.

(2) o ponto na Colômbia será comunicado antes de ser iniciado o serviço.

PROTOCOLO DE ASSINATURA

No decurso das negociações que conduziram à assinatura de um Acordo sobre Transportes Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, as duas delegações convencionaram o seguinte:

1 - A empresa designada pela República do Suriname po de operar quatro frequências por semana, no transporte de passageiros, carga e correio, ou somente carga com aeronave da série DC-8 ou similar ou menor, com a capacidade máxima de 200 assentos, por vôo.

2 - A empresa designada pela República Federativa do Brasil pode operar quatro frequências por semana, no transporte de passageiros, carga e correio ou somente carga com aeronaves da série B-707-320 ou DC-8 ou similar ou menor, com a capacidade máxima de 200 assentos, por vôo.

3 - Os direitos de tráfego mencionados no Acordo sobre Transportes Aéreos, e neste Protocolo, inclusive o tráfego acessório, serão exercidos pelas empresas aéreas designadas das Partes Contratantes, nos pontos constantes do Quadro de Rotas, sujeitos somente às normas relativas á capacidade e às frequências autorizadas pelas Partes Contratantes.

4 - A empresa designada pela República do Suriname pode embarcar e desembarcar, nas rotas de seu Quadro de Rotas, tráfego acessório de 6a. liberdade entre as suas escalas no território brasileiro e as escalas em terceiros países constantes do Quadro de Rotas da República Federativa do Brasil.

5 - A empresa designada pela República Federativa do Brasil pode embarcar e desembarcar, nas rotas de seu Quadro de Rotas, tráfego acessório de 6a. liberdade entre as suas escalas no território do Suriname e as escalas em terceiros países constantes do Quadro de Rotas da República do Suriname.

6 - No que concerne aos tripulantes estrangeiros empregados nos serviços convencionados, na forma da parte final do Artigo VI, parágrafo 2, alínea b, do Acordo sobre Transportes Aéreos, a empresa aérea designada de uma Parte Contratante submeterá à autoridade aeronáutica da outra Parte Contratante uma lista completa indicando os nomes, a nacionalidade, a função na tripulação, o tipo e o número da licença e autoridade que a emitiu. Salvo decisão em contrário de qualquer das Partes Contratantes, esses tripulantes poderão exercer suas funções nos serviços convencionados.

7 - Cada Parte Contratante concede à outra Parte Contratante o direito à sua empresa designada de transferir o excedente entre a receita e a despesa, de acordo com as formalidades cambiais em vigor no território da Parte Contratante que concederá as necessárias facilidades para tal. Essas transferências serão efetuadas às taxas em vigor no mercado de câmbio, à época da transferência, e aplicáveis ao pagamento da espécie.

8 - Uma empresa designada por uma das Partes Contratantes terá o direito, obedecendo às leis e aos regulamentos da outra Parte Contratante, a trazer e manter no território da outra Parte Contratante o seu próprio representante e o respectivo pessoal técnico e comercial, de acordo com as necessidades dos serviços aéreos.

9 - As Partes Contratantes concordaram em que as empresas designadas poderão utilizar nos serviços convencionados aeronave arrendada ou em intercâmbio com outras empresas, inclusive de terceiros países, desde que o arrendamento ou o intercâmbio da aeronave tenha sido feito segundo a lei da Parte Contratante que designa a empresa.

10 - As Partes Contratantes concordaram em reconsiderar, em futuro próximo,a possibilidade de substituir a escala em território colombiano constante do Quadro de Rotas da República do Suriname, por Bogotá.

11 - As Partes Contratantes concordaram em reconsiderar, em futuro próximo, a possibilidade de a empresa designada pela República do Suriname estender os serviços convencionados para o Rio de Janeiro e/ou São Paulo, e além.

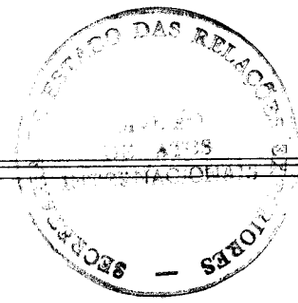
12 - As Partes Contratantes concordaram em reconsiderar, em futuro próximo, a possibilidade de a empresa designada pela República Federativa do Brasil estender os serviços convencionados de Paramaribo para dois pontos na Europa.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:

(Ramiro Saraiva Guerreiro)

PELA REPÚBLICA DO SURINAME:

(Inderdew Sewrajsing)



AIR TRANSPORT AGREEMENT BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE REPUBLIC OF SURINAME

The Government of the Federative Republic of Brazil,

and

the Government of the Republic of Suriname, hereinafter referred to as the Contracting Parties,

HAVING DECIDED to conclude an Agreement on regular air transport between the two countries,

HAVE APPOINTED their duly authorized representatives for this purpose, who have agreed on the following:

ARTICLE I

Reciprocity

The Contracting Parties reciprocally grant each other rights as specified in the present Agreement and its Annex, in order that the international air services specified herein, which will be referred to hereafter as "agreed services", may be established.

ARTICLE II

Designation of airlines

1. Any of the agreed services may be inaugurated immediately or at a later date, at the option of the Contracting Party to which the rights have been granted, but not before:

a) the Contracting Party to which the rights have been granted shall have designated an airline of its nationality for the specified route or routes;

b) the Contracting Party granting the rights shall have issued the necessary operating permit to the designated airline, in compliance with the provisions set forth in paragraph 2 of this Article and in Article VI.

2. The airline designated by one of the Contracting Parties may be called upon to prove to the aeronautical authority of the other Contracting Party that it is able to satisfy the requirements prescribed by the laws and regulations normally applied by such authorities to the operations of international airlines.

3. The Contracting Parties reserve the right to substitute the originally designated airline by an other national airline, after giving advance notice of the substitution to the other Contracting Party. All the provisions of the present Agreement and its Annex shall apply to the newly designated airline.

ARTICLE III

Air navigation facilities

1. In order to avoid discriminatory practices and to ensure equal treatment, it is agreed that:

a) The charges and fees that either of the Contracting Parties imposes or allows to be imposed on the airline designated by the

other Contracting Party for the use of airports and other facilites shall not be higher than the charges and fees paid for its national aircraft engaged in similar international services for the use of such airports and facilities.

b) Fuels, lubricating oils, regular equipment, aircraft stores and spare parts brought into the territory of one Contracting Party or placed on board the aircraft of the other Contracting Party in said territory, whether directly by an airline designated by the latter Contracting Party, whether on the account of said airline for the sole use of its own aircraft in the agreed services, shall enjoy the same treatment granted to the national airlines engaged in international transportation, with respect to customs duties, inspection fees and/or other national duties and charges.

c) Aircraft of one the Contracting Parties used in the operation of the agreed services, and fuels, lubricating oils, standard equipment and spare parts for the upkeep and repair of the aircraft, as well as aircraft supplies, including food, beverages and tobacco, retained on board, shall be exempt from customs duties, inspection fees and similar duties or fees in the territory of the other Contracting Party, even though used or consumed in flights within such territory.

2. The goods mentioned in the above paragraph and enjoying the exemption established therein may not be unloaded from the aircraft within the territory of the other Contracting Party without the consent of its customs authorities, and when not used by the airlines themselves shall be subject to the control of such authorities.

3. Passengers, luggage and merchandise in transit through the territory of one Contracting Party and remaining in the airport area reserved for them shall be subject, except in respect of security measures for the safeguarding of International Civil Aviation, only to the control established for that area. Luggage and merchandise in direct transit shall be exempt from customs duties, fees and charges.

ARTICLE IV

Licensing

Certificates of airworthiness, certificates of competency and licenses issued or revalidated by the aeronautical authority of either of the Contracting Parties and still in effect shall be recognized as valid by the other Contracting Party for the purpose of operating the agreed services. The Contracting Parties reserve the right, however, of refusing to recognize certificates of competency and licenses granted to their own nationals by authorities of the other Contracting Party or by another State for purposes of flight over their own territory.

ARTICLE V

Enforcement of the local law

1. The laws and regulations of one Contracting Party pertaining to the entry into its territory, layover and departure therefrom of aircraft employed in international air navigation, or pertaining to the operation and navigation of such aircraft within its own territory shall be applied to the aircraft of the airline designated by the other Contracting Party.

2. The laws and regulations of one Contracting Party pertaining to the admission of passengers, aircraft crew or cargo, and concerning entry, clearance, immigration, passports, customs and quarantine, shall be applied to passengers, crew and cargo of aircraft of the airline designated by the other Contracting Party, while in the territory of the first Contracting Party.

ARTICLE VI

Disciplinary measures

1. Each Contracting Party reserves the right to withhold or to revoke the operating license of an airline designated by the other

Contracting Party when it has not yet proven to its satisfaction that substantial ownership and effective control of said airline are in the hands of nationals of the Contracting Party.

2. The airline designated may be fined by the authorities of the other Contracting Party under the terms of its legal operating permission or to have its operating license totally or partially suspended for a period from one to three months:

a) in cases of non-compliance with laws and regulations specified in Article V of this Agreement, and other governmental norms established for the functioning of the designated airlines;

b) when the aircraft flight crews employed in the agreed services are not nationals of one or another of the Contracting Parties, except in cases of training of flight personnel by instructors duly authorized by the responsible agencies of the Contracting Party designating the airline, and during the training period, or if special permission is granted.

3. In cases of recurrence of the violations referred to in the above paragraph 2, the license may be revoked.

4. The revocation of the operating license referred to in paragraphs 1 and 3 of this Article may only be effected after consultation with the other Contracting Party. The consultation should be initiated within sixty (60) days from the date of the respective notification.

ARTICLE VII

Contact between the Contracting Parties

The aeronautical authorities of the two Contracting Parties shall maintain close contact to guarantee close co-operation on all questions dealt with in the present Agreement, in order that they may be satisfactorily carried out.

ARTICLE VIII

Consultation

1. If either of the Contracting Parties considers it desirable to modify any of the terms of the Annex to this Agreement it may request a consultation between the aeronautical authorities of both Parties, such consultation to be initiated within sixty (60) days from the date of the respective notification.

2. The results of the consultation shall become effective after confirmation by exchange of Notes through diplomatic channels.

ARTICLE IX

Arbitration

1. Disputes between the Contracting Parties concerning the interpretation or application of the present Agreement and its Annex which cannot be settled by means of negotiation or direct consultation shall be submitted to arbitration, in accordance with the procedures set forth in Article 85 of the Convention on International Civil Aviation concluded in Chicago in 1944, as to the composition and functioning of the respective tribunal. The expenses of the arbitration shall be shared equally by the Contracting Parties.

2. The Contracting Parties shall engage their best efforts in the execution of the arbitral decision.

ARTICLE X

Adjustment

Whenever a multilateral air convention accepted by both Contracting Parties becomes effective, the present Agreement shall be modified so that its provisions shall comply with those of the new convention.

ARTICLE XI

Registration

The present Agreement and its Annex, as well as any modification thereof, shall be registered with the International Civil Aviation Organization.

ARTICLE XII

Termination

Either of the Contracting Parties may, at any time, notify the other Contracting Party of its intention to terminate the present Agreement, making a simultaneous communication of this purpose to the International Civil Aviation Organization. The termination of the present Agreement shall become effective twelve (12) months after receipt of the notice by the other Contracting Party, unless it is withdrawn by mutual consent of the Parties before expiration of said period. If receipt of the notice is not acknowledged by the Contracting Party to which it is addressed, such notice shall be deemed to have been received fourteen (14) days after its receipt by the International Civil Aviation Organization.

ARTICLE XIII

Revokement

The present Agreement supersedes all licenses, privileges and concessions in respect of the subject matter of this Agreement and which are in existence on the date when it becomes effective and which have been granted for any reason by one of the Contracting Parties to an airline of the other Contracting Party.

ARTICLE XIV

Definitions

For the purpose of the present Agreement and its Annex the terms:.

a) "aeronautical authority" means, in the case of the Republic of Suriname, the Minister of Economic Affairs, and in the case of the Federative Republic of Brazil, the Minister of Aeronautics or, in both cases, whichever person or agency is legally authorized to perform the functions which they now exercise;

b) "agreed services" means scheduled air services for the transport of passengers, cargo and mail, or cargo only, on the routes herein specified;

c) "designated airline" refers to whatever airline the Contracting Parties may have selected to operate the agreed services and in regard to which written communications shall have been made by the aeronautical authority of the other Contracting Party, according to Article II, paragraph 1, item b, of the present Agreement;

d) "tariff" means the price to be paid for the carriage of passengers and cargo and the conditions under which this price applies, including prices and conditions for agency and other related services but excluding remuneration and conditions for the carriage of mail;

e) "territory" shall have the same meaning as that given to it by Article 2 of the Convention on International Civil Aviation, concluded in Chicago 1944;

f) "airline", "air service", "international air service" and "stop for non-commercial purposes" have the same definitions as contained in Article 96 of the above mentioned Convention on International Civil Aviation.

ARTICLE XV

Entry into force

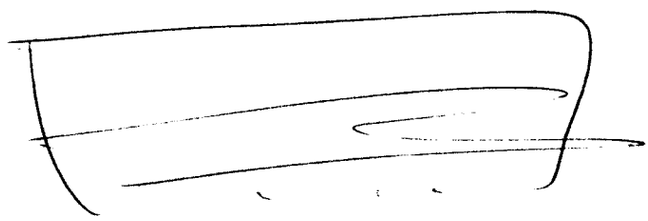
This Agreement will be provisionally applicable within the administrative powers of the aeronautical authority of each Contracting Party, from the date of its signature and becomes effective through notifications via diplomatic means after the accomplishment of constitutional procedures of each Contracting Party, from the date of the last one of these notifications.

Done in Brasília, on the 28th of January, 1980, in two originals, in the Portuguese, the Dutch and the English languages, all being equally authentic.

FOR THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL:

(Ramiro Saraiva Guerreiro)

FOR THE REPUBLIC OF SURINAME:



(Inderdew Sewrajsing)

ANNEX TO THE

AIR TRANSPORT AGREEMENT

SECTION I

Mutual concessions

The Contracting Parties grant each other the right to operate, through the intermediary of their respective designated airline and in accordance with the conditions of this Annex, the agreed services on the routes and landing points specified in the Route Schedules that form a part of this Annex.

SECTION II

Rights granted

1. Under the conditions stated in the present Agreement and this Annex, each Contracting Party grants to the airline designated by the other Contracting Party and for the purpose of operating the agreed services on the specified routes the following rights:

a) the right of embarkation and disembarkation of passengers, cargo and mail whose point of origin or destination is in the territory of the Contracting Party;

b) the right of embarkation and disembarkation of passengers, cargo and mail in international traffic, carried to and from landing points in third countries, included in the Route Schedules.

2. Each Contracting Party authorizes the overflight of its territory by the airline designated by the other Contracting Party, with or without technical landings at stops included in the Route Schedule.

3. The exercise of the rights mentioned above is subject to the conditions set forth in Section IV below.

SECTION III

Consultation

The aeronautical authorities of the Contracting Parties shall consult each other at the request of either one, in order to determine whether or not the principles enunciated in Section IV are being observed by the designated airlines, and particularly to avoid the diverting of an unjust portion of traffic from one of the said airlines.

SECTION IV

Capacity

1. The agreed services shall have as their fundamental purpose the supply of a capacity adequate to the traffic demand.

2. The exploitation of the agreed services, principally the operation of routes or sections of routes common to both designated airlines of the Contracting Parties, shall take into account the interests of the other designated airline in order to secure that the services performed by each of them shall not be unduly affected. Once the principles of reciprocity are ensured, a just and equitable treatment shall be granted to the designated airlines of the two Contracting Parties, so that they may operate the air services on the routes specified in the attached schedules on equal conditions.

3. The right of an airline designated by one of the Contracting Parties to embark and disembark, at the specified points of the routes, international traffic proceeding to or from third countries, shall be exercised in such a way that the available capacity shall be related to:

a) the traffic needs between the countries of origin and of destination;

b) the requirements of an economical operation of the agreed services;

c) the existing traffic demand in the regions covered by the services, with due respect to the interest of local and regional services.

SECTION V

Statistics

The aeronautical authority of either of the Contracting Parties shall, at the request of the aeronautical authority of the other Contracting Party, periodically or at any time, supply the statistics that may be reasonably requested, for verification as to how the capacity provided by the airline designated by the Contracting Party is being used for the agreed services. These statistics should contain all the elements necessary to determine the volume of traffic, as well as its points of origin and destination on-line.

SECTION VI

Tariffs

1. The tariffs to be charged by the designated airline of one Contracting Party in payment for transportation of passengers and cargo proceeding to or from the territory of the other Contracting Party shall be set at reasonable levels, due consideration being given to all relevant factors, including the operating costs, characteristics of the service, reasonable profit and the tariffs charged by other airlines on the same or similar routes, observing as far as possible the mechanism adopted by the International Air Transport Association (IATA).

2. The tariffs thus established shall be submitted to the approval of the aeronautical authority of the other Contracting Party at least forty-five (45) days before the date on which they are due to become effective; in special cases, this period may be shortened, if said authority should so agree.

3. If, for any reason, a particular tariff cannot be determined according to the foregoing provisions, or if during the first fifteen (15) days of the period either of the Contracting Parties notifies the other of its disapproval of any tariff that has been submitted to it, the aeronautical authorities of the Contracting Parties shall undertake to determine such tariff by consultation.

4. The tariffs established according to the provision of this section shall remain in effect until new tariffs are established in accordance with these same provisions.

5. The tariffs charged by the designated airline of one of the Contracting Parties, when serving sectors common between the territories of both Parties or sectors included on routes common to both, between the territory of one Contracting Party and third countries, shall not be lower than those charged by the airline of the other Contracting Party for the supply of identical services.

6. The airline designated by one Contracting Party may not, itself or through any intermediary, directly or indirectly, grant discounts, abatements, or any reductions of tariffs in force, except those provided for in the resolutions approved by both Contracting Parties.

SECTION VII

Time-tables and frequencies

The time-table (schedules) shall indicate the type, model and configuration of the aircraft employed as well as the frequency of services and landing points and shall be submitted by the designated airline of each Contracting Party to the aeronautical authority of the other Contracting Party at least forty-five (45) days before the date on which they are due to become effective. Such time-tables shall be approved within the abovementioned period, unless they involve alteration of landing points or capacity, in deviation of what is specified in this Annex.

SECTION VIII

Alterations in the Route Schedules

1. The following alteration of routes shall not be dependent upon advance notice between the Contracting Parties, the respective communication from one aeronautical authority to the other being sufficient:

a) inclusion or suppression of landing points in the territory of the Contracting Party which designated the airline;

b) omission of landing points in the territory of the other Contracting Party and in the territory of third countries.

2. The alteration of agreed routes by inclusion of a landing point not provided for in the Route Schedule, outside of the territory of the Contracting Party which designates the airline shall be subject to previous agreement between the aeronautical authorities of the Contracting Parties.

Route Schedule of Brazil

Points within Brazil	Intermediate Stops (1)	Points within Suriname	Points beyond Suriname (1)
Points in Brazil	Cayenne	Paramaribo	Georgetown Port of Spain Bridgetown Curaçao

Note: (1) - The omission of points is ruled by Section VIII of the Annex to the Air Transport Agreement.

Route Schedule of Suriname

Stops within Suriname	Intermediate Stops (1)	Stops within Brazil (1)	Stops beyond Brazil (1)
Points in Suriname	Cayenne	Belem and or Manaus	Lima and or a point in Colombia other than Bogota (2)

Note: (1) The omission of points is ruled by Section VIII of the Annex to the Air Transport Agreement.

(2) The point in Colombia will be notified before the initiation of the service.

PROTOCOL OF SIGNATURE.

During the negotiations which resulted in the signing of an Air Transport Agreement between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Suriname the two delegations agreed to the following:

1. The airline designated by the Republic of Suriname is authorized to operate four frequencies a week in respect of passengers, cargo and mail or cargo only, with a DC-8 or a similar or smaller type of aircraft, with a maximum capacity of 200 seats per flight.

2. The airline designated by the Federative Republic of Brazil is authorized to operate four frequencies a week in respect of passengers, cargo and mail or cargo only, with a B-707-320 or a DC-8 or a similar or smaller type of aircraft, with a maximum capacity of 200 seats per flight.

. The rights of traffic referred to in the Air Transport Agreement and in this Protocol, including the accessory traffic, will be exercised by the designated airlines of the Contracting Parties from the points stated in the Route Schedules subject only to the capacity and frequency of operations authorized by the Contracting Parties.

4. The airline designated by the Republic of Suriname may embark and disembark in the routes of its Route Schedule, accessory traffic of 6 th freedom between its points in the Brazilian territory and the points in third countries referred to in the Route Schedule of the Federative Republic of Brazil.

5. The airline designated by the Federative Republic of Brazil may embark and disembark in the routes of its Route Schedule, accessory traffic of 6th freedom between its points in the Suriname territory and the points in third countries referred to in the Route Schedule of the Republic of Suriname.

6. With regard to foreign crew members employed in the agreed services as stated in the final part of Article VI, paragraph 2, alinea b of the Air Transport Agreement, the designated airline of one Contracting Party will submit to the aeronautical authority of the other Contracting Party, a complete list containing the names, nationality and the function of the crew numbers, the type of licence, the licence number and the authority who granted same.

Unless either Contracting Party decides to the contrary these crew members may exercise their functions in the agreed services.

7. Each Contracting Party grants to the other Contracting Party the right to its designated airline to transfer the excess of their receipts over expediture in accordance with the exchange formalities in force in the territory of the Contracting Party which will concede the necessary facilities for this.

These transfers shall be made at the prevailing market exchange rates at the time of the transfers and applicable to this kind of payments.

8. An airline designated by one Contracting Party shall have the right, while obeying the laws and regulations of the other Contracting Party, to bring out and maintain in the territory of the other Contracting Party its own representative and technical and commercial staff, as are required for the provision of the agreed services.

9. The Contracting Parties agree that the designated airlines may employ in the agreed services aircraft leased from or interchanged with other airlines, including aircraft of third countries, as long as the leasing or the interchange of aircraft has been done in accordance with the laws of the Contracting Party which designated the airline.

10. The Contracting Parties agreed to reconsider in the near future the possibility of substituting the landing point in Colombia, included in the Route Schedule of the Republic of Suriname, for Bogota.

11. The Contracting Parties agreed to reconsider in the near future the possibility of the airline designated by the Republic of Suriname to extend the agreed services to Rio de Janeiro and or São Paulo and points beyond.

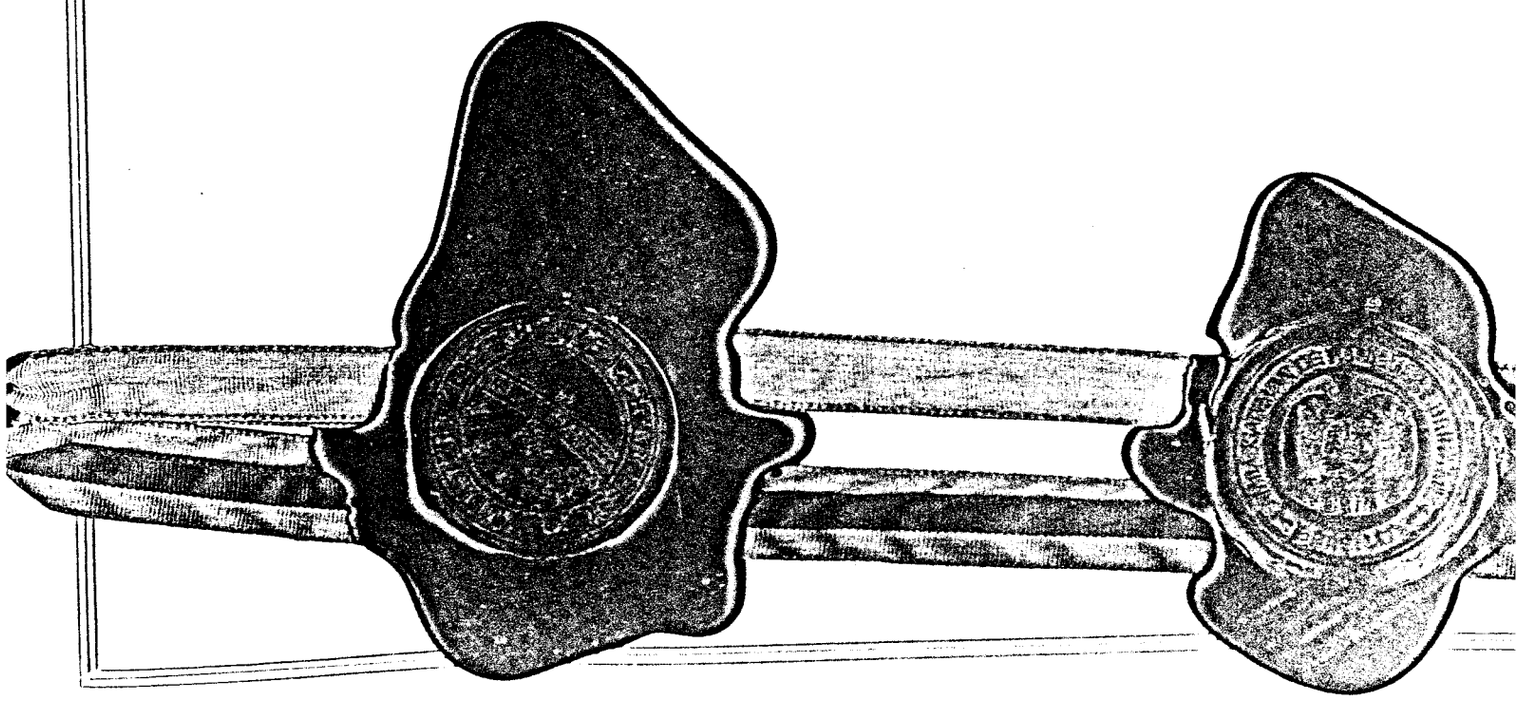
12. The Contracting Parties agreed to reconsider in the near future the possibility of the airline designated by the Federative Republic of Brazil to extend the agreed services to two points beyond Paramaribo, in Europe.

FOR THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL:

(Ramiro Saraiva Guerreiro)

FOR THE REPUBLIC OF SURINAME:

(Inderdew Sewrajsing)



DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

LUCHT TRANSPORT OVEREENKOMST TUSSEN DE FEDERATIEVE REPUBLIEK VAN BRAZILIE EN DE REPUBLIEK SURINAME

De Regering van de Federatieve Republiek van Brazilië

en

De Regering van de Republiek Suriname, nader te noemen de Overeenkomstsluitende Partijen,

BESLOTEN HEBBENDE een Lucht Transport Overeenkomst te sluiten in zake geregeld Luchtvervoer tussen de twee landen,

HEBBEN ten dien einde hun ter zake behoorlijk gemachtigde vertegenwoordigers aangewezen, die overeenstemming hebben bereikt ter zake de volgende bepalingen:

ARTIKEL I

Reciprociteit

De Overeenkomstsluitende Partijen verlenen elkaar wederkerig de rechten zoals opgesomd in deze Overeenkomst en de betreffende Bijlage, teneinde de daarin vermelde internationale luchtdiensten die hierna zullen worden aangeduid als "overeengekomen diensten", in te stellen.

ARTIKEL II

Aanwijzing van luchtvaartmaatschappijen

1. Met elk van de overeengekomen diensten mag onmiddellijk dan wel op een later tijdstip naar keuze van de Overeenkomstsluitende Partij aan wie de rechten zijn verleend, een aanvang worden gemaakt, doch niet voordat:

a) de Overeenkomstsluitende Partij aan wie de rechten zijn verleend, haar eigen nationale luchtvaartmaatschappij heeft aangewezen voor de overeengekomen route of routes;

b) de Overeenkomstsluitende Partij die de rechten verleent de benodigde exploitatie vergunning heeft uitgereikt aan de aangewezen luchtvaartmaatschappij, in overeenstemming met de bepalingen neergelegd in lid 2 van dit artikel en Artikel VI.

2. Van de luchtvaartmaatschappij aangewezen door een van de Overeenkomstsluitende Partijen kan worden verlangd dat zij tegenover de luchtvaartautoriteiten van de andere Overeenkomstsluitende Partij bewijst dat zij in staat is te voldoen aan de door deze autoriteiten gewoonlijk voorgeschreven wetten voor de exploitatie van de internationale luchtvaartmaatschappijen.

3. De Overeenkomstsluitende Partijen behouden zich het recht voor om de aanvankelijk aangewezen luchtvaartmaatschappij te vervangen door een andere nationale luchtvaartmaatschappij na voorafgaande kennisgeving van de vervanging aan de andere Overeenkomstsluitende Partij. Alle bepalingen van deze Overeenkomst en haar Bijlage zullen van toepassing zijn op de nieuw aangewezen luchtvaartmaatschappij.

ARTIKEL III

Luchthaven en luchtverkeers faciliteiten

1. Teneinde discriminatoire praktijken te voorkomen en gelijkheid van behandeling te verzekeren, wordt overeengekomen dat:

a) de heffingen en vergoedingen welke ieder van de Overeenkomstsluitende Partijen oplegt of doet opleggen aan de luchtvaartmaatschappij aangewezen door de andere Overeenkomstsluitende Partij voor het gebruik van luchthavens en andere faciliteiten zullen niet hoger zijn dan de heffingen en vergoedingen die worden betaald voor haar nationale luchtvaartuigen bij de uitvoering van soortgelijke internationale diensten voor het gebruik van zodanige luchthavens en faciliteiten.

b) Brandstoffen, smeermiddelen, normale uitrustingsgoederen,boordproviand en reserve onderdelen ingevoerd binnen het grondgebied van een Overeenkomstsluitende Partij of op dit grondgebied ingeladen in het luchtvaartuig van de andere Overeenkomstsluitende Partij hetzij rechtstreeks door een luchtvaartmaatschappij door de laatst genoemde Overeenkomstsluitende Partij, hetzij voor rekening van bedoelde luchtvaartmaatschappij, uitsluitend bestemd voor het gebruik door haar eigen luchtvaartuigen op de overeengekomen luchtdiensten, zullen, met betrekking tot heffingen van douanerechten, inspectiekosten en/of andere nationale rechten en belastingen dezelfde behandeling genieten als de nationale luchtvaartmaatschappijen die internationale transporten uitvoeren.

c) Luchtvaartuigen van een van de Overeenkomstsluitende Partijen die bij exploitatie van de overeengekomen diensten worden gebruikt en brandstoffen, smeermiddelen, normale uitrustingsstukken en reserveonderdelen voor het onderhoud en herstel van het luchtvaartuig, evenals boordvoorraden inclusief voedsel, drank en tabak welke aan boord blijven, zijn vrijgesteld van douanerechten, inspectiekosten en soortgelijke rechten of kosten op het grondgebied van de andere Overeenkomstsluitende Partij zelfs indien zij worden gebruikt of geconsumeerd bij vluchten boven dat grondgebied.

2. De goederen genoemd in het vorige lid en welke daarin bepaalde vrijstellingen genieten mogen niet uit het luchtvaartuig geladen worden binnen het grondgebied van de andere Overeenkomstsluitende Partij zonder de toestemming van haar douane autoriteiten en in geval deze niet door de luchtvaartmaatschappijen zelf worden gebruikt, wordt onderworpen aan het toezicht van deze autoriteiten.

3. Passagiers, bagage en koopwaar in transit door het gebied van een Overeenkomstsluitende Partij welke op het luchthavengebied in de daarvoor bestemde plaats worden gehouden, behalve in geval van veiligheidsmaatregelen betrekking hebbende op de veiligheid van de internationale burgerluchtvaart, zullen enkel en alleen onderworpen zijn aan het voor deze plaats vastgestelde toezicht. Bagage en koopwaar in directe transit zijn vrijgesteld van douanerechten, heffingen en belastingen.

ARTIKEL IV

Vergunning

Bewijzen van luchtwaardigheid, bewijzen van bevoegdheid en vergunningen uitgereikt dan wel geldig verklaard door de luchtvaart autoriteiten van elk der Overeenkomstsluitende Partijen en welke nog van kracht zijn worden als geldig erkend door de andere Overeenkomstsluitende Partij ten behoeve van de exploitatie van de overeengekomen diensten. De Overeenkomstsluitende Partijen behouden zich echter het recht voor om erkenning te weigeren van bewijzen van bevoegdheid en vergunningen, uitgereikt aan haar eigen onderdanen door de autoriteiten van de andere Overeenkomstsluitende Partij of door een andere Staat voor vluchten boven haar eigen grondgebied.

ARTIKEL V

Toepassing van de nationale wet

1. De wetten en voorschriften van een Overeenkomstsluitende Partij ter zake het binnen komen, het verblijf op en het vertrek uit haar grondgebied van in het internationaal verkeer gebezigde luchtvaartuigen of die ter zake de exploitatie van het vliegen met bedoelde luchtvaartuigen binnen haar eigen grondgebied, zijn van toepassing op de luchtvaartuigen van de luchtvaartmaatschappij aangewezen door de andere Overeenkomstsluitende Partij.

2. De wetten en voorschriften van een Overeenkomstsluitende Partij ter zake de toelating van passagiers, bemanning of vracht en die ter zake inklaring, immigratie, paspoorten, douane en quarantaine zijn van toepassing op passagiers, bemanning en vracht van luchtvaartuigen van de door de andere Overeenkomstsluitende Partij aangewezen luchtvaartmaatschappij gedurende het verblijf op het grondgebied van de eerstgenoemde Overeenkomstsluitende Partij.

ARTIKEL VI

Disciplinaire maatregelen

1. Elke Overeenkomstsluitende Partij behoudt zich het recht voor de exploitatie vergunning van een luchtvaartmaatschappij aangewezen door de andere Overeenkomstsluitende Partij, niet te verlenen dan wel in te trekken in geval deze nog niet tot haar genoegen heeft aangetoond dat een aanmerkelijk deel van het eigendom en daadwerkelijk toezicht van bedoelde luchtvaartmaatschappij berusten bij onderdanen van de Overeenkomstsluitende Partij.

2. De aangewezen luchtvaartmaatschappij kan ingevolge de wettelijke bepalingen van de bedrijfsvergunning beboet worden door de autoriteiten van de andere Overeenkomstsluitende Partij , of haar exploitatie vergunning kan geheel of gedeeltelijk worden opgeschort voor een periode van één tot drie maanden:

a) in gevallen van niet naleving van wetten en voorschriften neergelegd in Artikel V van deze Overeenkomst en andere van overheidswege vastgestelde richtlijnen voor het functioneren van de aangewezen luchtvaartmaatschappijen;

b) wanneer de stuurhutbemanning ingezet op de overeengekomen diensten geen onderdanen zijn van één de Overeenkomstsluitende Partijen, uitgezonderd in de gevallen van opleiding van stuurhutbemanning door instructeurs die daarvoor deugdelijk bevoegd zijn verklaard door de verantwoordelijke instellingen van de Overeenkomstsluitende Partij die de luchtvaartmaatschappij aanwijst, gedurende de opleidingsperiode, of in geval er een speciale toestemming is verleend.

3. In geval van herhaling van de inbreuken zoals bedoeld in lid 2 hierboven, kan de vergunning worden ingetrokken.

4. De intrekking van de exploitatie vergunning zoals bedoeld in lid 1 en 3 van dit Artikel kan slechts ten uitvoer worden gelegd na overleg met de andere Overeenkomstsluitende Partij. Het overleg dient binnen 60 dagen te beginnen te rekenen vanaf de dag

van de betreffende kennisgeving.

ARTIKEL VII

Contact tussen de Overeenkomstsluitende Partijen

De luchtvaartautoriteiten van de twee Overeenkomstsluitende Partijen houden nauwe contacten met elkaar teneinde een hechte samenwerking te verzekeren met betrekking tot alle kwesties welke in deze Overeenkomst zijn geregeld zodat deze op bevredigende wijze kunnen worden uitgevoerd.

ARTIKEL VIII

Overleg

1. Indien één der Overeenkomstsluitende Partijen het wenselijk acht welke bepaling dan ook van de voorwaarden van de Bijlage van deze Overeenkomst te wijzigen, kan zij om overleg verzoeken tussen de luchtvaartautoriteiten van beide Partijen, hetwelk dient aan te vangen binnen 60 dagen te rekenen vanaf de dag van de betreffende kennisgeving.

2. De resultaten van het overleg worden van kracht na bevestiging bij notawisseling via diplomatieke kanalen.

ARTIKEL IX

Arbitrage

1. Geschillen tussen de Overeenkomstsluitende Partijen omtrent de uitleg of toepassing van deze Overeenkomst en haar Bijlage welke via onderhandelingen of rechtstreeks overleg niet kunnen worden bijgelegd zullen worden onderworpen aan arbitrage, overeenkomstig de procedures neergelegd in Artikel 85 van de Conventie in zake Internationale Burger Luchtvaart gesloten te Chicago in 1944, voor wat betreft de samenstelling en functionering van het betreffende tribunaal. De onkosten verbonden aan de arbitrage worden gelijkelijk door de Overeenkomstsluitende Partijen gedragen.

2. De Overeenkomstsluitende Partijen zullen zich alle inspanningen getroosten om de arbitrage uitspraak uit te voeren.

ARTIKEL X

Aanpassing

Zodra een multilateraal luchtvaartverdrag, dat door beide Overeenkomstsluitende Partijen is aanvaard, van kracht wordt, zal deze Overeenkomst worden gewijzigd zodat de hierin genoemde voorzieningen in overeenstemming worden gebracht met die van het nieuwe Verdrag.

ARTIKEL XI

Registratie

Deze Overeenkomst en haar Bijlage evenals alle daarin aangebrachte wijzigingen zullen worden geregistreerd bij de Internationale Burger Luchtvaart Organisatie.

ARTIKEL XII

Beëindiging

Elk der Overeenkomstsluitende Partijen kan te allen tijde de andere Overeenkomstsluitende Partij in kennis stellen van haar voornemen om deze Overeenkomst te beëindigen met gelijktijdig bericht tot dit doel aan de Internationale Burger Luchtvaart Organisatie. De beëindiging van deze Overeenkomst wordt effectief twaalf (12) maanden na ontvangst van de kennisgeving door de andere Overeenkomstsluitende Partij, tenzij de kennisgeving in onderling overleg wordt ingetrokken vóór het verstrijken van genoemde periode. Indien de ontvangst van de kennisgeving niet wordt bevestigd door de Overeenkomstsluitende Partij aan wie het is gericht, wordt de kennisgeving geacht te zijn ontvangen 14 dagen na haar ontvangst door de Internationale Burger Luchtvaart Organisatie.

ARTIKEL XIII

Intrekkingen

Deze Overeenkomst treedt in de plaats van alle vergunningen, voorrechten en concessies met betrekking tot de aangelegen-

heden geregeld in deze Overeenkomst welke op de datum van de inwerkingtreding bestaan en die uit hoofde van welke reden dan ook door één der Overeenkomstsluitende Partijen werd verleend aan de luchtvaartmaatschappij van de andere Overeenkomstsluitende Partij.

ARTIKEL XIV

Begripsbepalingen

Ten behoeve van deze Overeenkomst en haar Bijlage:

a) de uitdrukking "luchtvaartautoriteit" betekent in het geval van de Republiek Suriname de Minister van Economische Zaken en in het geval van de Federatieve Republiek van Brazilië de Minister van Luchtvaart of in beide gevallen iedere persoon of instelling welke wettig bevoegd is de functies uit te oefenen welke zij thans vervullen;

b) de uitdrukking "overeengekomen diensten" betekent geregelde luchtdiensten voor het vervoer van passagiers, vracht en post of alleen vracht op de hierin omschreven routes;

c) de uitdrukking "aangewezen luchtvaartmaatschappij" heeft betrekking op welke luchtvaartmaatschappij dan ook die de Overeenkomstsluitende Partijen hebben uitgekozen om de overeengekomen diensten te exploiteren en waarvan schriftelijk mededeling werd gedaan aan de luchtvaartautoriteiten van de andere Overeenkomstsluitende Partij, in overeenstemming met Artikel II, lid 1, sub b van deze Overeenkomst;

d) de uitdrukking "tarief" betekent de prijs die moet worden betaald voor het vervoer van passagiers en vracht en de voorwaarden waaronder deze prijs van toepassing is, inclusief de prijzen en voorwaarden voor bemiddeling en andere hulpdiensten echter met uitsluiting van vergoeding en voorwaarden voor het vervoer van post;

e) de uitdrukking "grondgebied" heeft dezelfde betekenis die daaraan is toegekend in Artikel II van het Verdrag in zake de Internationale Burger Luchtvaart, gesloten te Chicago in 1944;

f) de definities "luchtvaartmaatschappij","luchtdiensten", "internationale luchtdiensten" en "landing voor niet commerciële doeleinden" zijn dezelfde zoals die vervat in Artikel 96 van het bovengenoemde Verdrag in zake de Internationale Burger Luchtvaart.

ARTIKEL XV

Inwerkingtreding

Deze Overeenkomst treedt voorlopig in werking vanaf de datum van haar ondertekening binnen de administratieve bevoegdheden van de luchtvaartautoriteiten van elke Overeenkomstsluitende Partij en wordt van kracht door kennisgeving via diplomatieke kanalen, na de beëindiging van de constitutionele procedures van elke Overeenkomstsluitende Partij, vanaf de dag van de laatste zodanige kennisgeving.

Gedaan in Brasília, op 28 januari 1980, in twee originele exemplaren in de Portugese, Nederlandse en Engelse taal, welke allen gelijkelijk authentiek zijn.

Voor de Federatieve Republiek van Brazilië

(Ramiro Saraiva Guerreiro)

Voor de Republiek Suriname

(Inderdew Sewrajsing)

BIJLAGE BIJ DE

LUCHT TRANSPORT OVEREENKOMST

PARAGRAAF I

Wederkerige toestemming

De Overeenkomstsluitende Partijen verlenen elkaar het recht de overeengekomen diensten op de route en landingsplaatsen opgesomd in de Route Tabellen die deel uitmaken van deze Bijlage uit te voeren door middel van hun respectieve aangewezen luchtvaartmaatschappij in overeenstemming met de voorwaarden van deze Bijlage.

PARAGRAAF II

Verleende rechten

1. Onder de voorwaarden bepaald in deze Overeenkomst en deze Bijlage verleent elke Overeenkomstsluitende Partij aan de luchtvaartmaatschappij aangewezen door de andere Overeenkomstsluitende Partij ten behoeve van de exploitatie van de overeengekomen diensten op de opgesomde routes de volgende rechten:

a) het recht om passagiers, vracht en post, waarvan het beginpunt of bestemming is gelegen in het grondgebied van de Overeenkomstsluitende Partij, op te nemen of af te zetten;

b) het recht om passagiers, vracht en post in internationaal verkeer vervoerd naar en van landingsplaatsen in derde landen, opgenomen in de Route Tabellen.

2. Elke Overeenkomstsluitende Partij staat toe het overvliegen van haar grondgebied door de luchtvaartmaatschappij aangewezen door de andere Overeenkomstsluitende Partij met of zonder technische landingen op plaatsen opgesomd in de Route Tabel.

3. De uitoefening van de rechten zoals hierboven vermeld is onderworpen aan de voorwaarden neergelegd in Paragraaf IV hierna.

PARAGRAAF III

Overleg

De luchtvaartautoriteiten van de Overeenkomstsluitende Partijen treden op verzoek van elk der Partijen in overleg teneinde na te gaan of de beginselen neergelegd in Paragraaf IV al of niet worden nageleefd door de aangewezen luchtvaartmaatschappijen in het bijzonder om te voorkomen dat een deel van het verkeer van één van de genoemde luchtvaartmaatschappijen onrechtmatig wordt onttrokken.

PARAGRAAF IV

Capaciteit

1. De overeengekomen diensten hebben tot hun fundamenteel doel capaciteit te verschaffen adequaat aan de vraag naar luchtvervoer.

2. Bij de exploitatie van de overeengekomen diensten, specifiek de exploitatie van de routes of gedeelten hiervan welke beide aangewezen luchtvaartmaatschappijen van de Overeenkomstsluitende Partijen gemeen hebben wordt rekening gehouden met de belangen van de andere aangewezen luchtvaartmaatschappij teneinde te verzekeren dat de diensten welke ieder van hen uitvoert niet onredelijk worden getroffen. Zodra de beginselen van wederkerigheid zijn gewaarborgd wordt een billijke en gelijkwaardige behandeling verleend aan de aangewezen luchtvaartmaatschappijen van de twee Overeenkomstsluitende Partijen zodat zij de luchtdiensten onder gelijke voorwaarden kunnen exploiteren op de routes omschreven in de aangehechte Tabellen.

3. Het recht van een luchtvaartmaatschappij aangewezen door één van de Overeenkomstsluitende Partijen om internationaal verkeer bestemd voor of komende van derde landen op te nemen en af te zetten, op plaatsen van de omschreven routes, wordt zodanig uitgeoefend dat de beschikbare capaciteit is afgestemd op:

a) de verkeersbehoeften tussen de landen van herkomst en dat van bestemming;

b) de vereisten van een economische exploitatie van de overeengekomen diensten;

c) de bestaande vraag naar luchtvervoer in de regio's welke worden verzorgd door de diensten, met in acht neming van de belangen van locale en regionale diensten.

PARAGRAAF V

Statistieken

De luchtvaartautoriteiten van elk der Overeenkomstsluitende Partijen verschaft, op verzoek van de luchtvaartautoriteiten van de andere Overeenkomstsluitende Partij periodiek of te eniger tijd statistieken die redelijkerwijs kunnen worden verlangd om na te gaan hoe de capaciteit, verschaft door de aangewezen luchtvaartmaatschappij van de andere Overeenkomstsluitende Partij, wordt benut op de overeengekomen diensten. Deze statistieken dienen alle gegevens te bevatten welke nodig zijn om de omvang evenals de plaatsen van herkomst en bestemming op de lijn van het verkeer te kunnen vaststellen.

PARAGRAAF VI

Tarieven

1. De tarieven welke door de aangewezen luchtvaartmaatschappij van de ene Overeenkomstsluitende Partij worden geheven bij de betaling voor vervoer van passagiers en vracht naar of van het grondgebied van de andere Overeenkomstsluitende Partij worden op redelijk niveau vastgesteld, waarbij terdege rekening wordt gehouden met alle relevante factoren, inclusief die van exploitatiekosten , kenmerkende eigenschappen van dienst, redelijke winst en de tarieven welke worden geheven door de andere luchtvaartmaatschappijen op dezelfde of gelijkwaardige routes, zoveel mogelijk met inachtneming van de procedures aanvaard door de Internationale Luchtvervoers Vereniging (IATA).

2. De aldus vastgestelde tarieven worden ter goedkeuring voorgelegd aan de luchtvaartautoriteiten van de andere Overeenkomstsluitende Partij ten minste vijfenveertig (45) dagen voor de datum waarop deze van kracht worden; in bijzondere gevallen kan deze periode worden verkort, indien de genoemde autoriteiten hiermee instemmen.

3. Indien om welke reden dan ook een bepaald tarief niet kan worden vastgesteld volgens de hierboven genoemde bepalingen of indien gedurende de eerste vijftien (15) dagen van de periode één der Overeenkomstsluitende Partijen aan de andere kennisgeeft van haar afkeuring van enig tarief dat haar is voorgelegd, trachten de luchtvaartautoriteiten van de Overeenkomstsluitende Partijen in onderling overleg zulk een tarief vast te stellen.

4. De tarieven vastgesteld volgens de bepalingen van dit Artikel blijven van kracht tot dat nieuwe tarieven zijn vastgesteld overeenkomstig deze zelfde bepalingen.

5. De tarieven geheven door de aangewezen luchtvaartmaatschappij van één van de Overeenkomstsluitende Partijen wanneer de zelfde routes tussen de grondgebieden van beide Partijen worden bevlogen of delen van de route die zij gemeen hebben, tussen het grondgebied van één Overeenkomstsluitende Partij en derde landen, mogen niet lager zijn dan die geheven door de luchtvaartmaatschappij van de andere Overeenkomstsluitende Partij voor het uitvoeren van dezelfde diensten.

6. Het is de luchtvaartmaatschappij aangewezen door een Overeenkomstsluitende Partij niet toegestaan, zelf, of door welke tussenpersoon dan ook, direct of indirect kortingen, reducties, of enigerlei verlaging op de van kracht zijnde tarieven te geven, behalve in de gevallen voorzien in de besluiten goedgekeurd door beide Overeenkomstsluitende Partijen.

PARAGRAAF VII

Dienstregeling en frequenties

De dienstregeling (tabellen) vermeldt het type, model en indeling van het luchtvaartuig dat wordt ingezet evenals de frequentie van diensten en landingsplaatsen, en deze worden door de aangewezen luchtvaartmaatschappij van elke Overeenkomstsluitende Partij aan de luchtvaartautoriteiten van de andere Overeenkomstsluitende Partij aangeboden, tenminste vijfenveertig (45) dagen voor de datum waarop deze van kracht worden. Bedoelde dienstregelingen worden binnen de hierboven genoemde perioden goedgekeurd, tenzij zij , in afwijking van het vastgestelde in deze Bijlage, veranderingen in houden van landingsplaatsen of van capaciteit.

PARAGRAAF VIII

Wijzigingen in de Route Tabellen

1. De volgende wijzigingen van routes is niet afhankelijk van voorafgaande kennisgeving tussen de Overeenkomstsluitende Partijen en volstaan kan worden met de betreffende mededeling door één luchtvaartautoriteit aan de andere:

a) het opnemen of weglaten van landingsplaatsen in het grondgebied van de Overeenkomstsluitende Partij die de luchtvaart - maatschappij heeft aangewezen;

b) weglaten van landingsplaatsen op het grondgebied van de Overeenkomstsluitende Partij en op het grondgebied van derde landen.

2. De wijziging van overeengekomen routes door toevoeging van een landingsplaats niet voorzien in de Route Tabel buiten het grondgebied van de Overeenkomstsluitende Partij welke de luchtvaartmaatschappij aanwijst, is onderworpen aan voorafgaande overeenstemming tussen de luchtvaartautoriteiten van de Overeenkomstsluitende Partijen.

ROUTE TABEL VAN DE FEDERATIEVE REPUBLIEK VAN BRAZILIE

BEGIN PUNTEN	TUSSENLIGGENDE PUNTEN(1)	PUNTEN IN SURINAME(1)	PUNTEN VERDER GELEGEN DAN SURINAME (1)
Punten in Brazilië	Cayenne	Paramaribo	Georgetown Bridgetown Port of Spain Curaçao

Opmerking: (1) Het weglaten van landingspunten wordt geregeld door Paragraaf VIII van de Bijlage bij de Lucht Transport Overeenkomst.

ROUTE TABEL VAN DE REPUBLIEK SURINAME

BEGIN PUNTEN	TUSSENLIGGENDE PUNTEN(1)	PUNTEN IN BRAZILIE(1)	PUNTEN GELEGEN VERDER DAN BRAZILIË(1)
Punten in Suriname	Cayenne	Belem en/of Manaus	Lima en/of plaats in Columbia anders dan Bogotá

Opmerking: (1) Het weglaten van landingspunten wordt geregeld door Paragraaf VIII van de Bijlage bij de Lucht Transport Overeenkomst.

(2) Het landingspunt in Columbia zal kenbaar gemaakt worden vóór de aanvang van de dienst.

PROTOCOL VAN ONDERTEKENING

Gedurende de onderhandelingen welke resulteerden in de ondertekening van een Lucht Transport Overeenkomst tussen de Republiek Suriname en de Federatieve Republiek van Brazilië, hebben de twee delegaties overeenstemming bereikt terzake het volgende:

1. Aan de luchtvaartmaatschappij aangewezen door de Republiek Suriname wordt toestemming verleend om vier maal per week vluchten uit te voeren voor passagiers, vracht en post of alleen vracht, met een DC-8 of gelijkwaardig of kleiner type luchtvaartuig, met een maximale capaciteit van 200 zitplaatsen per vlucht.

2. Aan de luchtvaartmaatschappij aangewezen door de Federatieve Republiek van Brazilië wordt toestemming verleend om viermaal per week vluchten uit te voeren voor passagiers, vracht en post of alleen vracht, met een B-707-320 of DC-8 of kleiner type luchtvaartuig, met een maximale capaciteit van 200 zitplaatsen per vlucht.

3. De rechten van het verkeer waarnaar in de Lucht Transport Overeenkomst en in dit Protocol wordt verwezen, inclusief het bijkomstige verkeer, zullen worden uitgeoefend door de aangewezen luchtvaartmaatschappijen van de Overeenkomstsluitende Partijen vanuit de plaatsen aangegeven in de Route Tabellen en slechts onderhevig aan de door de Overeenkomstsluitende Partijen goedgekeurde capaciteit en vliegfrequenties.

4. De luchtvaartmaatschappij aangewezen door de Republiek Suriname mag op de routes van haar Route Tabel bijkomstig verkeer met de vrijheid neerzetten of opnemen tussen de plaatsen genoemd op het Braziliaanse grondgebied en plaatsen in derde landen genoemd in de Route Tabel van de Federatieve Republiek van Brazilië.

5. De luchtvaartmaatschappij aangewezen door de Federatieve Republiek van Brazilië mag op de routes van haar Route Tabel bijkomstig verkeer met 6e vrijheid neerzetten of opnemen tussen de plaatsen genoemd op het Surinaams grondgebied en de plaatsen in derde landen genoemd in de Route Tabel van de Republiek Suriname.

6. Met betrekking tot het inzetten van bemanning van vreemde nationaliteit voor de uitvoering van de overeengekomen diensten zoals gesteld in artikel 6, lid 2, sub b van de Lucht Transport Overeenkomst, zal de aangewezen luchtvaartmaatschappij van een Overeenkomstsluitende Partij aan de luchtvaartautoriteit van de andere Overeenkomstsluitende Partij een volledige lijst voorleggen bevattende de namen, nationaliteit en de functie van de leden van de bemanning, de aard van het bewijs van bevoegdheid, het nummer van het bewijs van bevoegdheid en de Autoriteit die dit heeft afgegeven. Tenzij de betrokken Overeenkomstsluitende Partij anders beslist mogen deze leden van de bemanning hun functie uitoefenen op de overeengekomen diensten.

7. Elke Overeenkomstsluitende Partij verleent aan de andere Overeenkomstsluitende Partij het recht om de netto opbrengsten over te maken met in acht neming van de deviezen voorschriften welke van kracht zijn op het grondgebied van de Overeenkomstsluitende Partij die hiervoor de benodigde faciliteiten zal verlenen.

8. Een luchtvaartmaatschappij aangewezen door een Overeenkomstsluitende Partij heeft het recht, met in acht neming van de wetten en voorschriften terzake van de andere Overeenkomstsluitende Partij, in het grondgebied van de andere Overeenkomstsluitende Partij, haar eigen vertegenwoordiger en technische en commerciële staf, zoals vereist is voor de uitvoering van de overeengekomen diensten, binnen te brengen en te stationeren.

9. De Overeenkomstsluitende Partijen komen overeen dat de aangewezen luchtvaartmaatschappijen voor de uitvoering van de over

eengekomen diensten gebruik mogen maken van andere luchtvaartmaatschappijen gehuurde of verwisselde luchtvaartuigen, met inbegrip van luchtvaartuigen van derde landen, zolang deze huur of verwisseling van vliegtuigen heeft plaats gevonden in overeenstemming met de wetten van de Overeenkomstsluitende Partij die de luchtvaartmaatschappij heeft aangewezen.

10. De Overeenkomstsluitende Partijen komen overeen om in de nabije toekomst de mogelijkheid opnieuw in overweging te nemen om de plaats van landing in Columbia welke is bedoeld in de Route Tabel van de Republiek Suriname, te vervangen door Bogotá.

11. De Overeenkomstsluitende Partijen komen overeen om in de nabij gelegen toekomst de mogelijkheid voor de luchtvaartmaatschappij aangewezen door de Republiek Suriname om de overeengekomen diensten uit te breiden naar Rio de Janeiro en Sao Paulo en verder gelegen punten opnieuw in overweging te nemen.

12. De Overeenkomstsluitende Partijen komen overeen om in de nabije toekomst de mogelijkheid voor de luchtvaartmaatschappij aangewezen door de Federatieve Republiek van Brazilië om de overeengekomen diensten uit te breiden naar twee plaatsen verder gelegen dan Paramaribo, in Europa, opnieuw in overweging te nemen.

Voor de Federatieve Republiek van Brazilië

(Ramiro Saraiva Guerreiro)

Voor de Republiek Suriname

(Inderdew Sewrajsing)